

Revista de Informação Legislativa

Brasília • ano 40 • nº 158

abril/junho – 2003

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Os militares e a ordem constitucional republicana brasileira

De 1898 a 1964

Romeu Costa Ribeiro Bastos e Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Sumário

As intervenções militares e a República. 1. Raízes das crises. 2. As crises constitucionais. a) O período de 1920 a 1930. b) O período de 1930 a 1945. c) O período de 1945 a 1950. d) O período de 1950 a 1964. O regime militar de 1964. Conclusão.

“La constitución es una cosa; los militares somos otra!” (LOWENTAL, 1976, p. 3).

A análise das intervenções castrenses ao longo da história republicana brasileira demanda, *a priori*, uma avaliação sobre o papel dos militares no Estado, na política e sua interação com a sociedade civil.

O conceito de profissionalização nas Forças Armadas surgiu como resposta à necessidade de contextualizar sua atuação a partir de um referencial sociológico que as situasse comparativamente diante de outros grupos funcionais no interior do sistema social. Com base nessa formulação, tornou-se possível definir a competência profissional militar perante o Estado e a sociedade, a despeito da dificuldade em compatibilizar a oposição teórica entre ação militar e política.

De fato, o relacionamento do Estado com as Forças Armadas não se reduz à mera relação profissional-cliente, mas a uma efetiva relação de poder, uma vez que as Forças Armadas não atuam apenas como profissio-

Romeu Costa Ribeiro Bastos é Professor Universitário. Mestre em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Militar de Engenharia. Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha é Professora Universitária e Procuradora Federal. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa. Doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais.

nais, detentoras que são de autoridade que lhes foi constitucionalmente outorgada.

Tal competência encontra-se intrinsecamente vinculada ao papel dos militares e seu inter-relacionamento com a sociedade civil, cujo aspecto fundamental traduz-se na tensão potencial da necessidade de os governantes manterem, por um lado, uma força armada como instrumento da política e da ordem interna e garantirem, por outro, que ela não usurpe os aparelhos do Estado (STEPAN, 1975, p. 46).

Nessa linha teórica, quatro modelos explicativos sistematizados por JANOWITZ (1977, p. 187 et seq.) são apontados como definidores da relação civil-militar: o aristocrático, o democrático, o totalitário e o profissional.

O modelo aristocrático corresponde à estrutura das elites. Sua essência reside no fato de que os valores sociais e os interesses materiais das elites militares e políticas numa sociedade aristocrática são naturalmente convergentes. A base do recrutamento da oficialidade, que se define como aristocrata e não castrense, provém da casta civil, assegurando, dessa forma, a estabilidade do sistema político.

O modelo democrático, caracterizado pela diferenciação entre as elites civil, política e militar, impõe o afastamento deliberado das Forças Armadas da esfera pública decisória, em face do reconhecimento de que, ao menos no plano ideal, o oficial é um profissional apolítico, a serviço do Estado e subordinado às regras e normas legais.

Quanto aos modelos totalitário e profissional, atribuem alto valor à força militar e à especialização. No primeiro, o controle civil é assegurado por meio da seleção política dos chefes militares e reforçado pela infiltração de membros do partido único e pela ação da polícia secreta, em razão da impossibilidade da coincidência social das elites. No segundo, efetiva-se o controle, não por meio da convergência de interesses, mas pela tolerância dos civis para com o desenvolvimento autônomo da influência militar.

Huntington, seu principal teórico, sustenta que a busca de objetivos militares profissionais tende a manter as Forças Armadas dentro de sua esfera de atuação.

Outros sistemas podem, ainda, ser citados, como o ditatorial e o moderador, este último especialmente relevante, por nele se encontrar a formulação teórico-explicativa para a atuação das Forças Armadas no movimento irrompido em 1964, à semelhança do ocorrido durante a monarquia, quando o Imperador detinha poderes “constitucionais especiais” para intervir nas crises políticas em épocas de impasse.

Descrito e sistematizado por Alfred STEPAN (1975, p. 32 et seq.), os axiomas analíticos do modelo moderador ou de arbitragem podem ser assim relacionados:

- Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares, admitindo-se como regra a politização das Forças Armadas.
- Os militares são politicamente heterogêneos, mas procuram manter um grau de unidade institucional.
- A cúpula política garante legitimidade aos militares, sob certas circunstâncias, para atuarem como moderadores do processo institucional, controlando o Poder Executivo, ou mesmo evitando a ruptura do sistema, quando envolve uma mobilização maciça de novos grupos anteriormente excluídos.
- A sustentação dos militares politicamente heterogêneos pelas elites civis facilita a formação de uma coalizão golpista vencedora. Inversamente, a ausência de tal apoio impede sua consolidação.
- A formalização de um “pacto” tácito entre civis e militares legitima a intervenção armada no processo político nacional e o controle temporário do Estado, por um período determinado.

Ora, tomado genericamente, esse valor-congruência resulta na socialização civil-militar, exemplarmente ilustrada pela doutrina desenvolvimentista, em sintonia com

o projeto de grupos parlamentares. A condescendência social e intelectual dos oficiais militares em relação aos civis possibilita a cooptação e a contínua liderança civil, que visa restabelecer o equilíbrio político e “corrigir” a autoridade de direito e a representação nacional quando essas entram em coalizão com as forças reais ou as autoridades de fato.

É o chamado “intervencionismo patológico”, por meio do qual os civis confiam aos militares o desempenho de um papel moderador, em determinados momentos históricos, para “recompor” a vida política nacional² (STEPAN, 1975, p. 51).

As intervenções militares e a República

1. Raízes das crises

A intervenção das Forças Armadas em 1964 assumiu, efetivamente, a função ideológica de arbitragem ao proteger a burguesia e conter o avanço dos movimentos populares diante da crise institucional. O modelo moderador, porém, se romperia com a implantação de um regime militar gestado ao longo das várias décadas do período republicano³.

A história noticia a intervenção política das Forças Armadas a partir da Proclamação da República. Retrocedendo ao período imperial, a vitória brasileira na Guerra da Tríplice Aliança faria o Exército emergir como uma força capaz de mudar os rumos políticos da Nação, recrudescendo o ideal republicano.

A geração de Caxias e Osório, forjada nos campos de batalha do Paraguai, seria sucedida por oficiais que não guardavam sentimento de lealdade para com o monarca. Some-se a isso a visão patriarcal da época, temente à possibilidade de o sucessor do trono ser uma mulher, casada com um estrangeiro, que sobre ela exercia grande influência (O EXÉRCITO na história do Brasil, 1998,

p. 12). Conturbava, ademais, o cenário político nacional a agitação provocada nos quartéis pelas idéias de Benjamin Constant e a teoria positivista do soldado-cidadão ou cidadãos-uniformizados, segundo a qual os militares estavam destinados a serem os civilizadores da sociedade brasileira.

O terreno estava propício à primeira grande intervenção castrense no Brasil e as Forças Armadas tornar-se-iam, efetivamente, as fundadoras da *novel* República, restando claro a lacuna deixada pela sociedade civil, despreparada para conduzir e defender o Estado Democrático.⁴ As forças heterogêneas que apoiaram o movimento republicano incluíam desde os republicanos autênticos aos monarquistas escravagistas antagonizados com o regime após a abolição. É certo, contudo, ter faltado igualmente aos militares um projeto de governo, imbuídos que estavam apenas do ideário salvacionista. A Proclamação da República conscientizara o Exército de sua importância institucional – num processo que se iniciou a partir da Guerra do Paraguai – corroborando a crença da superioridade moral militar sobre a civil. A consequência imediata foi a politização das Forças Armadas, constatada pelos vários oficiais nomeados governadores de Estado e eleitos para o Parlamento. A parcela de gastos militares aumentou, mas as violentas lutas internas havidas nesse período exporiam a organização à atuação dos grupos externos, minando a tentativa de implantação de um projeto endógeno.

Após o segundo governo militar consecutivo, os civis alçaram ao poder buscando implantar uma Nova Ordem Civilista⁵. A estratégia adotada por Prudente de Moraes foi enfraquecer o poderio das Forças Armadas realizando cortes no orçamento, o que acarretaria a falta de materiais e equipamentos, atingindo de modo contundente a formação profissional dos oficiais. A consecução de tal objetivo explica o fracasso retumbante das expedições de Canudos e põe à mostra a estagnação provocada pela doutrina do soldado-cidadão que impediu a

modernização da Instituição e o florescimento de um pensamento militar autóctone.

Um fato, no entanto, abalaria essa estrutura estamental. Durante a presidência do Marechal Hermes da Fonseca, um grupo de jovens oficiais enviados para estagiar junto ao Exército Alemão havia retornado ao Brasil com novas idéias e desencadearia uma campanha pelo aperfeiçoamento profissional da Arma. Eram os chamados Jovens Turcos⁶, que propugnavam só poder o Exército desempenhar sua missão de defesa externa com uma força efetivamente profissional e apolítica.

A idéia da despolitização agradou as classes políticas, ciosas de uma oportunidade para afastar os militares do poder decisório estatal, mas, a despeito da ênfase no profissionalismo, o sentimento de intervenção armada não fora sepultado. A necessidade de substituir o sistema de governo corrupto – articulada desde de 1880 – reviveria em 1920 quando os tenentes, rebelando-se contra Arthur Bernardes, iniciaram o ciclo das intervenções militares que só terminaria em 1964.

2. As crises constitucionais

a. O período de 1920 a 1930

A década de 20 seria marcada por um clima de turbulência e insatisfação social, bem como por transformações significativas na Ordem Internacional.

O Primeiro Conflito Mundial, ao revisar o conceito tradicional de guerra, atingiria diretamente as Forças Armadas, conscientizando-as do obsoletismo bélico e tecnológico nacional.

Impunha-se a modernização. O Exército Francês vitorioso seria a força bélica escolhida para conduzir o processo. Atuando inicialmente nas Escolas de Formação, a Missão Francesa enfatizava a necessidade de se conhecer profundamente os problemas nacionais, e o Exército, reflexo da Nação, corpo uno integrado pelo povo e pela ban-

deira, apresentava-se como a instituição republicana restauradora dos males tradicionais do regime⁷.

Internamente, a Primeira República agonizava. A campanha presidencial de 1922, palco de um novo incidente envolvendo os militares – uma carta falsa atribuída a Arthur Bernardes, candidato governista, ofendendo o Exército –, constituiria-se no marco inicial de um ciclo de rebeliões, prenúncio de uma revolta maior, que sacudiriam o país ao longo dos anos vinte, historicamente denominado de Movimento Tenentista⁸.

Combatido pelo próprio Exército como força legalista e anti-revolucionária, o tenentismo canalizou as aspirações de mudanças dos segmentos sociais descontentes, enfrentando os setores autoritários conservadores e influenciando a esquerda revolucionária.

Desafiadores, os “tenentes” protagonizariam em 1924 seu mais glorioso feito: a Coluna Prestes, que, durante dois anos, adotando a tática da guerra de guerrilha, percorreu cerca de 25 mil quilômetros e atravessou 14 estados da Federação fazendo propaganda da revolução. Pretendiam os revolucionários a derrocada do regime e a implementação de reformas sociais.

A Coluna se dissolveria em 1927 com seus principais líderes exilando-se na Bolívia e Paraguai; não obstante, a República Velha chegava aos seus estertores.

O episódio final desenrolar-se-ia na campanha eleitoral de 1929 com Getúlio Vargas, opositor do paulista Júlio Prestes, tendo sido derrotado em eleições fraudadas, fato que fez eclodir uma revolta no Rio Grande do Sul.

Era o fim da “política dos governadores” e o início da era Vargas.

b. O período de 1930 a 1945

A deposição de Washington Luiz pelos Comandantes das Forças Armadas e a instauração do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas encerram a Primeira República com a renovação dos dirigentes do Estado.

No quadro convulso vivenciado pela Nação, o Exército, confuso e dividido, uma vez que a maioria dos oficiais superiores não haviam participado da Revolução, cindiu-se em dois grupos ideologicamente divergentes: os reformistas, defensores da idéia de que países periféricos como o Brasil deveriam ser tutelados pela corporação, e os apolíticos, de postura menos intervencionista, mas propugnadores do salvacionismo militar como solução para resgatar o Estado das ambições pessoais que o ameaçavam.

Impunha-se estabelecer a unidade no interior da Força e Vargas, com sua notável habilidade, cooptaria os tenentes, dando-lhes promoções rápidas e cargos importantes no início do governo⁹. A participação dos tenentes na Revolução Constitucionalista de 1932 lutando ao lado do Governo Federal revela a importância daqueles atores nos primórdios da Segunda República¹⁰.

Mas a “guerra paulista” aceleraria o processo de constitucionalização – a exemplo das eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte – recompondo antigas alianças com os grupos oligárquicos regionais descontentes, o que acabou por provocar o alijamento dos tenentes do poder.

A compreensão da atuação dos militares na década de 30 passa, obrigatoriamente, pelo General Pedro Aurélio de Góes MONTEIRO (1937), personagem proeminente da historiografia brasileira, cujas críticas e sugestões a propósito da reorganização do Exército durante a Revolta Constitucionalista mereceram a atenção de Vargas, que o convidou para Ministro da Guerra.

Sua visão sobre as Forças Armadas era dicotômica. De um lado, o Exército se lhe afigurava uma instituição desorganizada e ineficaz, que necessitava de profissionalização, recrutamento e um sistema de promoções. De outro, considerava a corporação militar como a única instituição verdadeiramente nacional, de importância vital para a unidade do país. Concernente à arena política, defendia um governo forte e cen-

tralizador e a defesa da segurança interna pelos militares. Para ele, o Exército constituía-se num órgão fundamentalmente político cuja responsabilidade era forjar uma consciência coletivista “de políticos do Exército e não de políticos dentro do Exército” (1937, p. 181)¹¹. O individualismo deveria ser suprimido de forma a assegurar a organização econômica e o progresso. Igualmente, deveriam ser asseguradas a justiça e a liberdade, valores compatíveis com a segurança nacional. As idéias de Góes MONTEIRO eram, pois, consoantes com o cooperativismo do Estado Novo varguista¹².

Por fim, a II Guerra Mundial aceleraria o processo de desenvolvimento brasileiro. Vargas e sua política pendular entre o Eixo e os Aliados acabou por escolher o lado certo, na hora certa. Sob o compromisso norte-americano de construir a Usina de Volta Redonda, o Brasil cedeu uma base aérea no Nordeste, estreitando as relações entre os dois Exércitos. A decisão de ingressar no conflito em 1942 fortaleceu ainda mais os laços de amizade e interesses entre as Forças Armadas, dos dois Estados. A Força Expedicionária Brasileira (FEB), única grande unidade militar latino-americana a lutar na Europa, gerou reflexos e conseqüências intensas internamente. Os febianos, com a experiência adquirida junto aos americanos, puderam avaliar o atraso, sobretudo político, da Nação. Pressionado, Vargas promete eleições, mas em outubro de 1945 acabaria sendo deposto pelas Forças Armadas, que, uma vez mais, seguindo o modelo moderador, devolveram o governo aos civis. Convocado novo pleito eleitoral, o General Dutra, candidato apoiado por Vargas, sai vitorioso, tendo como opositor o Brigadeiro Eduardo Gomes. A escolha de dois candidatos militares quis significar serem eles mais confiáveis do que os civis para conduzir o processo de transição¹³.

c. O período de 1945 a 1950

A vitória da democracia na II Grande Guerra evidenciou a necessidade de o Bra-

sil realinhar-se à nova conjuntura política mundial.

O período que compreende os anos de 1945 a 1950 caracterizou a transição do Estado Novo para a Terceira República. Eleições em 1945 deram a vitória a Dutra, apoiado por Vargas. Foi uma administração tranquila, respaldada pela sociedade civil, sob a égide da qual promulgou-se a Constituição de 1946 de cunho liberalizante.

No Exército, a corporação dividia-se entre os nacionalistas ligados ao PTB e PSD e os internacionalistas que se identificavam com a UDN, integrando este último grupo os participantes da Força Expedicionária Brasileira, que, visando alcançar uma posição de destaque no interior das Forças Armadas, criaram a Escola Superior de Guerra – ESG¹⁴.

A doutrina da ESG associava os métodos de raciocínio cartesiano ensinados pela Missão Francesa com as técnicas de planejamento aprendidas com os americanos durante a guerra. Seu projeto inicial consistia em analisar os problemas brasileiros dentro de um contexto global, priorizando a segurança nacional. Propunha, outrossim, a interação de grupos civis com os oficiais das Forças Armadas, modelo que seria decisivo para explicar a congruência de valores dos setores conservadores da sociedade e a *intelligentzia* militar na articulação e vitória do Golpe de 1964.

d. O período de 1950 a 1964

A candidatura de Vargas à presidência em 1950 teve como sustentáculo o trabalho e o nacionalismo. No seio das Forças Armadas, os oficiais internacionalistas encararam-na com desconfiança, mas a ala nacionalista liderada pelo General Estillac Leal, Presidente do Clube Militar e mais tarde Ministro da Guerra, apoiava-a.

Ao reverso do ocorrido no período ditatorial, Vargas acreditou não possuírem os militares condições efetivas para influírem na vida nacional. Com isso, o orçamento das Forças Armadas foi reduzido e Vargas vol-

tou-se praticamente para o proletariado urbano. A primeira grande crise do segundo governo varguista eclodiria quando os militares lançaram o Manifesto dos Coronéis contra João Goulart, seu Ministro do Trabalho.

A infiltração de oficiais comunistas na ala nacionalista deu pretexto para que houvesse um expurgo no dispositivo militar, incluindo a exoneração de oficiais-generais de importantes comissões. Tais acontecimentos acabaram de inviabilizar a frágil sustentação política de Vargas pelas Forças Armadas.

Em 1954, seguida a forte campanha pela renúncia, Vargas suicida-se, assumindo o governo o Vice-Presidente Café Filho. Nas eleições que se seguiram, Juscelino Kubitschek e João Goulart foram lançados pelo PSD e pelo PTB candidatos a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, e tiveram como principal opositor um antigo tenente, Juarez Távora, indicado pela UDN e apoiado pela corrente neoliberal do Clube Militar. Os políticos udenistas, antigos opositores de Vargas, faziam apelos para que os militares interviessem no processo político, mas a maioria dos oficiais defendia a postura legalista.

Vitorioso nas urnas, Kubitschek teria seu mandato ameaçado pela oposição udenista, que sustentava a tese golpista de os candidatos não haverem obtido maioria absoluta dos votos. Julgado improcedente o pedido pelo Tribunal Superior Eleitoral, setores conservadores procuraram obstaculizar a posse dos eleitos.

Um grupo de oficiais liderados pelo próprio Ministro da Guerra, General Henrique Duffles Teixeira Lott, planejou, então, um contragolpe para garantir a legalidade e assegurar o “Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes”. Na noite de 11 de novembro de 1955, Lott não só deporaria o Presidente em exercício Carlos Luz, como impediria o regresso de Café Filho – que se encontrava hospitalizado – entregando a chefia do Poder Executivo Federal ao Presiden-

te do Senado, Nereu Ramos, que empossou Kubitscheck e Goulart.

O tempo que seguiu foi de grande turbulência nas Forças Armadas, com pequenas revoltas lideradas por oficiais da Aeronáutica. A cisão se acirrou com a campanha presidencial de 1960. Logo após a vitória de Jânio Quadros, candidato oposicionista, o novo Ministro da Guerra iniciou uma campanha de pacificação, transferindo os oficiais de esquerda para guarnições distantes do Rio de Janeiro, pondo fim à agitação no Clube Militar.

Com sua política contraditória, Jânio Quadros causava constrangimento nos meios militares. O golpe teatral da renúncia em 1961 revelar-se-ia uma impostura malograda que visava o recrudescimento do regime e a recondução do Presidente com poderes ditatoriais¹⁵.

O vice, João Goulart, em viagem à China, havia feito pronunciamento contra os militares revelando a intenção de estabelecer no Brasil uma República Sindicalista na qual a força de trabalho urbano substituiria a força militar como principal elemento de apoio ao governo¹⁶.

Os ministros militares opuseram-se à sua posse, fato que daria ensejo à primeira grande ruptura nas Forças Armadas com a insubordinação do III Exército no Sul do país e a ameaça de uma guerra civil.

O regime parlamentarista traduziu-se num rearranjo institucional para dar posse a João Goulart, que, ao assumir a Chefia do Poder Executivo, envidaria todos os esforços para restaurar seus poderes presidenciais¹⁷. Inspirando-se no modelo varguista, governaria com o apoio do proletariado urbano e controlaria os militares com nomeações políticas. Promoveu e colocou em posições de destaque os chamados “generais do povo”, política que causaria sérios problemas ao seu governo, nomeadamente a quebra da hierarquia, bem ilustrada pelas Revoltas dos Sargentos e dos Marinheiros.

Ora, a hierarquia é o principal pilar de sustentação da estrutura militar e os movi-

mentos dos sargentos e marinheiros romperam com a estrutura de comando. Eles passaram a agir como uma categoria social distinta, com interesses cooperativistas e políticos próprios, o que colocava em questão, pela primeira vez na história brasileira, a possibilidade de uma mudança no estatuto de classe da burocracia militar (SILVA, 1984, p. 29).

Os clubes militares fizeram manifestos contra a situação e oficiais legalistas não tinham mais argumentos para evitar a queda do Presidente. Apoiados por um forte esquema que reuniu os políticos, a igreja, a sociedade conservadora e a elite detentora dos meios de produção e financeira, em 31 de março de 1964, as Forças Armadas assumiram o controle do Estado.

A compreensão do papel das Forças Armadas no período que permeia os anos de 1945 a 1964 passa, obrigatoriamente, pela Constituição de 1946, que, em seu artigo 177, dispunha sobre as funções da instituição militar na estrutura jurídico-política do Estado.

À semelhança do artigo 162 da Carta Constitucional de 1934, a Lei Fundamental de 1946 estabelecia, *verbis*:

“Art. 177 – Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”.

Referida preceituação atribuía claramente às Forças Armadas a função de árbitro – legal ou supralegal – entre os segmentos econômico-sociais, sócio-políticos e políticos, erigindo a cânon constitucional os interesses capitalistas e a ordem burguesa.

Da função moderadora decorria a função de intérprete da norma jurídica, cuja pretensão exegética consistia em determinar quem poderia exercer o poder e ter acesso ao aparelho de Estado. Dita regulação afetou profundamente a dinâmica política, sobretudo no que concernia aos partidos, vez que suas relações não estavam demarcadas por uma estrutura burocrática definida. Os mecanismos seletivos passaram a ser atri-

buição da instituição mantenedora da ordem: as Forças Armadas (WRIGHT, 1984)¹⁸. Nesse sentido, detinham os militares o poder de caracterizar comportamentos, personalidades e soluções ameaçadoras ao regime, cabendo-lhes a última palavra sobre situações específicas. A ilegalidade do Partido Comunista em 1946 e as limitações sofridas pelo PTB exemplificam a distorção estrutural do sistema.

Essa situação anômala trouxe no seu bojo o germe da crise política ao longo de toda a transição do governo, constituindo um enorme incentivo para que as facções em luta pelo poder transbordassem os limites constitucionais e apelassem para o Golpe de Estado.

Concomitantemente, o cenário mundial da Guerra Fria alteraria profundamente o papel das Forças Armadas na conjuntura interna brasileira. Isso porque a concepção de guerra sofreu uma total revisão após 1945, gerando o afastamento dos países subdesenvolvidos de um eventual conflito externo. Ora, tal afastamento surtiu um efeito vital sobre as Forças Armadas. Era a perda de sua função precípua. Criadas para uma guerra externa, a História mostra e a instituição pressentia que um organismo residual pode durar, mas dura pouco e acaba descartado. Não tendo mais essência, não teria mais função. Daí a providência de ter-se atribuído às Forças Armadas a manutenção da ordem interna, a fim de legitimar sua existência¹⁹.

A doutrina de segurança nacional, fruto da divisão do mundo em zonas de influência, estabelecida pelos Tratados de Yalta e Postdam, viria como resposta a um tipo de justificação: o avanço do comunismo soviético e a submissão do mundo à Rússia de Stalin.

A perpetuação do contexto bélico global incitou uma inversão perversa da fórmula de Clausewitz ao reduzir a política à continuação da guerra por outros meios. A guerra não mais se revestia do seu processo convencional, ela era “fria”, “ideológica”, processava-se em todos os campos, a todas

as horas, a exigir vigilância constante e permanente; sobretudo porque, no seu conceito moderno, tinha lugar no interior do próprio Estado. Ela era “total”²⁰ e haveria de ser combatida com os mecanismos de defesa interna firmados pela doutrina da segurança nacional.

As conseqüências da doutrina da segurança foram nefastas. Ela perpetrou a alteração da política tradicional e o aniquilamento de dissensões ao suprimir a diferença entre os meios de pressão violentos e não violentos, permitindo-se obter a segurança por ambas as formas ou, pior ainda, destruindo as barreiras das garantias constitucionais; isso, no âmbito interno. No plano externo, significou a extinção da fronteira entre a guerra e a diplomacia. Ademais, essa doutrina desfez a distinção entre política externa e política interna. O inimigo estava ao mesmo tempo dentro e fora do país. O Exército passou a atuar como força “policialesca”, à medida que a “guerra” ganhava unicidade. E, finalmente, a segurança nacional igualou a violência preventiva à repressiva.

Essa estratégia dissolvente, cujo objetivo a longo prazo foi a desmoralização das instituições liberais e o afastamento popular do processo de organização do poder, reforçou a intervenção militar, a condução do Estado pelas classes dominantes e a união multinacional²¹.

O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 selaria juridicamente o fim da Terceira República que, sob o aspecto político, já fora derrubada de fato dez dias antes pelo movimento armado de 31 de março²², coroando o início de governo despótico, fadado a durar vinte anos.

Sua edição mudou o cenário histórico nacional. A implicação era evidente: a política de compromisso tinha sido desacreditada pelo jogo “ultrademocrático” de Goulart. A intervenção do Exército era um retorno à mensagem autocrática apregoada por Jânio Quadros responsabilizando os “políticos” pela condução do Brasil ao caos (SKIDMORE, 1976, p. 373).

Profundamente descaracterizada, a Carta de 1946 teria uma sobrevida formal que se dilatou até a promulgação da Constituição de 24 de janeiro de 1967. Mas, a partir do primeiro Ato Institucional, ela não passaria de uma sombra ou fantasma de Constituição.

O regime militar de 1964

O golpe de Estado perpetrado em 1964 resultou mais de uma conexão existente entre a *sorbonne* brasileira, haurida na Escola Superior de Guerra, com o empresariado clientelista, a tecnoburocracia, os grandes proprietários rurais e urbanos, os cartéis multinacionais e a classe média tradicional que tinha a grande imprensa como portavoza do que, propriamente, de um movimento conspiratório militar-corporativista, sem qualquer ligação com a sociedade civil²³.

Isso se vê claro em agosto de 1961, quando os ministros militares, na tentativa de impedir a posse do vice-presidente eleito João Goulart, agindo *pro domo sua*, à inteira revelia das forças populares e mesmo das classes conservadoras, colheram um rotundo fracasso político-militar, dado o isolamento do *putsch* circunscrito, unicamente, ao estamento.

Colocando no patamar devido a participação dos militares nos eventos de 1964 e os desdobramentos inevitáveis que se lhe seguiram no chamado ciclo dos militares no poder, deve-se considerar a conjugação de interesses entre a facção militar das Forças Armadas Brasileiras ligadas à ESG – não necessariamente majoritária, mas plenamente atuante e articulada – e os setores organizados do capital e da tecnoburocracia civil, que viam no avanço populista de Goulart um obstáculo aos projetos de segurança nacional a que se julgavam avalistas.

Surpreende a inexistência de um plano único de conspiração visando a tomada do poder. Enquanto o General Carlos Luiz Guedes atribuía às forças militares sedeadas em Minas Gerais a responsabilidade pelo início da sublevação, Armando Falcão,

Ministro da Justiça no Governo Geisel, ressaltava o general Humberto Castelo Branco como figura central que coordenou a ação no alto comando contra o governo deposto.

De igual modo, adesões de última hora ao movimento, como as dos Generais Costa e Silva, Justino Alves Bastos, Amaury Krueel, Floriano Machado e outros, são consideradas ora importantes e decisivas, ora irrelevantes e puramente oportunistas, segundo as preferências e o ângulo de observação dos historiadores e analistas.

O certo é que a vitória de 1964 revelou a ausência de um projeto de poder militar, como de resto não vislumbraram os grupos militares esquerdistas-nacionalistas que gravitam em torno de João Goulart qualquer estratégia articulada de governo.

Evidente, pois, no processo histórico brasileiro – ao reverso do ocorrido na América Latina –, a incapacidade das Forças Armadas de moldar uma institucionalidade exclusivamente militarista. E isso por uma razão elementar, o Exército, Marinha e Aeronáutica do Brasil, compostos pelos mais variados estratos sociais, não constituíam uma classe social propriamente dita. Pertencendo seus integrantes às várias camadas da população, tornavam-se permeáveis às motivações ideológicas de natureza de classe ou política, em confronto com os princípios da hierarquia e da disciplina, base da organização castrense.

Como instituição permanente, qualquer tentativa de aliciamento da tropa e da oficialidade com objetivos políticos esbarrava na formação espartana, que é o sentido de sua profissionalização. Mas, como parte integrante do povo, não estava imune às suas lutas e aspirações.

Dito axioma prova que, a despeito de terem tido papel saliente em 1964, não foram os militares os únicos e exclusivos responsáveis pelo *establishment* que se criou. Conquanto decisiva sua participação, tiveram papel coadjuvante, quiçá secundário, sem embargo de mantenedores da ordem autocrática.

Dessa maneira, o sonho tenentista de uma modernização conservadora executada por um Estado despolitizado somente iria perdurar até esgotar-se a junção de interesses da elite orgânica e das Forças Armadas. Passado esse momento, os militares – fiadores da ordem autoritária – foram excluídos da dinâmica política, por terem se tornado aliados incômodos de uma elite já reforçada em seu poder hegemônico.

Conclusão

Muito se discute porque somente em 1964 os militares, após realizarem diversas intervenções na ordem constitucional brasileira, resolveram perpetuarem-se no poder, abandonando a antiga posição de devolvê-lo à classe política.

Em geral, os governos necessitam estabelecer planos dirigentes. O projeto esboçado na ESG que nunca chegou a definir-se, tampouco concretizar-se, consistia na superação da heterogeneidade e na obtenção da homogeneidade. Para tanto, o desenvolvimento econômico impunha-se como fator fundamental, ressalvadas as condições de segurança essenciais para sua implementação (HAYES, 1991, p. 224). Tendo como suporte estratégico-ideológico a doutrina de segurança nacional, as Forças Armadas tentaram empregar os princípios organizativos da instituição militar no reordenamento do Estado Brasileiro²⁴.

Ocorreu, contudo, que essa idéia, cuja principal meta consistia na implantação de mudanças significativas na sociedade brasileira, sequer foi discutida, posto que levaria as diversas correntes de pensamento existentes nas Forças Armadas a entrarem em conflito.

Os temas que no período de 1963 a 1964 uniram os militares e permitiram alcançar um alto grau de coesão foram o anticomunismo, o combate à corrupção e a idéia de que a organização militar estaria ameaçada pela República Sindicalista de Goulart. Logo após 31 março de 1964, muitos oficiais te-

miam o debate sobre temas nacionais, reaciosos de eventuais cisões dentro do movimento. Na confusão que se seguiu aos primeiros dias do golpe, os chefes militares e civis voltar-se-iam para o único grupo que tinha idéias para governar o país: Castelo Branco e os oficiais da ESG. Pairava no seio das Forças Armadas um elevado clima de expectativa de serem seus integrantes os mais preparados para o exercício do governo; idéia reforçada por segmentos civis da sociedade que partilhavam os mesmos pontos de vista dos militares.

Mas o regime implantado em 1964 descortinaria problemas idênticos aos dos regimes civis. Embora tenha ocorrido um considerável desenvolvimento social e econômico, os desequilíbrios regionais, a pobreza, o analfabetismo e a corrupção evidenciariam a falácia da mística militar e o fracasso de uma utopia que não se concretizou.

Notas

¹ Frase atribuída a um oficial da República Dominicana.

² Neste ponto, cumpre abordar as várias teorias acerca da intervenção dos militares na política, adequando-as ao contexto nacional, a fim de que sua transculturação não provoque distorções ou interpretações equivocadas, posto a maior parte delas terem sido formuladas utilizando conceitos e noções paradigmáticas aplicáveis ao Hemisfério Norte.

José NUM (1970), ao examinar o tema, concentra sua investigação na hipótese de a intervenção das Forças Armadas resultar dos valores e origem social dos militares. Isso porque, os Exércitos sul-americanos, recrutando seus oficiais no seio da classe média, os constituiriam em defensores dos interesses daquela classe, a sua classe. Mais seria a própria classe média que instigaria os militares a intervirem no processo político a exemplo das grandes mobilizações anteriores ao golpe de 1964.

Criticando a posição de serem as classes médias heterogêneas e divididas, Alfred STEPAN (1975) questiona a viabilidade das Forças Armadas em representá-las politicamente. Stepan observa, ao analisar o golpe de 1964, que os acontecimentos subsequentes, *vg*: a extinção dos partidos políticos, a intervenção nas Universidades, as restrições às liberdades civis, entre outras violações à ordem democrática, atacaram frontalmente as instituições

representativas daquele segmento social, daí sua violenta oposição ao governo militar.

Samuel HUNTINGTON (1957), por seu turno, sustenta que a verdadeira causa das intervenções não é militar, mas política; elas não refletem as características sociais e organizacionais do *establishment* militar, mas a estrutura política-institucional da sociedade. Segundo ele, o processo de modernização cria novos atores políticos – classe média, trabalhadores e camponeses – que exercem pressões e demandas sobre o sistema político. Quando tais demandas e pressões tornam-se superiores à capacidade de absorção do Estado, inviabilizam-se as soluções para dirimir os conflitos. A troca de fases no processo de modernização cria, portanto, uma desordem institucional, e os militares são chamados a intervir para restabelecer o *status quo* dominante. Por outras palavras, eles serviriam de escudo protetor ao regime, potencialmente ameaçado pelas classes subalternas.

Na interpretação de Samuel FINER (1982), a intervenção militar é concebida como resultado da vontade política da sociedade que a motivou, como também pelo desejo implícito das Forças Armadas em defender a soberania nacional.

Por fim, Guilherme O'DONNELL (1972) desenvolveu a interessante teoria da transição do governo populista para o burocrático-autoritário com base em justificativas econômicas. Três tipos de sistemas políticos são identificados: o oligárquico, o populista e o burocrático-autoritário. No oligárquico, a competição política é limitada; a elite do setor de exportação de produtos primários controla o Estado. No populista, há uma coligação entre as elites industriais e o setor popular urbano. A principal meta do sistema é expandir os meios de produção e encorajar as massas a consumi-los. No burocrático-autoritário, os atores políticos são os tecnocratas civis e militares. A participação popular é eliminada em nome de uma industrialização avançada. A passagem de um sistema para outro obedece a uma seqüência histórica, resultado do processo de industrialização e da mudança na estrutura social, só se fazendo possível por força de uma intervenção militar.

³ O positivismo retirou o caráter profissionalizante da corporação e envolveu os militares nas questões sociais e políticas que agitaram o Brasil Imperial. Seus ideais eram a abolição do regime escravagista, a laicização do poder temporal da autoridade espiritual, a República, entre reivindicações outras. A propósito de tais discussões, Teixeira MENDES (apud FREIRE, 1983, p. 354-355), num folheto intitulado *Abolicionismo e clericalismo*, escreveria no ano de 1888:

“A respeito do Sr. D. Pedro II observaremos que é bem triste defesa para um chefe de Estado o dizer-se que o amor do poder o fez co-participar no

suplício dos seus concidadãos. Nunca fizemos de nenhum dos ministros de sua majestade um grande homem. Até hoje só conhecemos um verdadeiro estadista na nossa pátria, e foi o velho José Bonifácio, cuja influência a Monarquia inutilizou. E nem admira que aconteça; porque apoiado em uma constituição, que lhe permitia transformar-se legalmente em um ditador digno e firmado sobretudo nos nossos antecedentes históricos que lhe asseguravam o ascendente do poder central, o Sr. D. Pedro II só soube tornar-se o chefe da oligarquia escravista, ou o que é o mesmo, dos nossos partidos constitucionais”.

Ao cabo, tratava-se de uma verdadeira doutrina antimilitarista que sugeria como solução para os problemas das Forças Armadas nacionais o licenciamento geral das tropas e sua substituição pela gendarmaria. Nas palavras de Oliveira TORRES (1943, p. 272-273), “um militar positivista teria de se envergonhar da farda como Benjamim Constant (...), ou então ser um mau positivista e passar o dia inteiro a trair os postulados de sua fé. Ficaram todos diante de um dilema terrível: ou ser um mau soldado ou ser mau positivista. Acabaram muitas vezes por serem maus soldados, tornando-se naquela estranha e contraditória concepção do *cidadão fardado*”.

⁴ Joaquim NABUCO (apud HAYES, 1991, p. 77) descreveria o início da República com as seguintes palavras: “No dia em que se proclamou a República, podia-se perceber que a nação queria um governo militar para manter a unidade, porque o espírito militar prevalecia de um canto a outro do País, vale dizer, tinha amplitude nacional”.

Nas disposições transitórias da Constituição de 1891, previu-se a eleição indireta para o primeiro Presidente da República, pois o povo não estava preparado para o voto livre (O EXÉRCITO..., 1998, p. 12).

⁵ O liberalismo político oligárquico, discriminatório, excludente e antimilitarista, teria na Campanha Civilista sua maior expressão.

A Campanha de 1910, conduzida por Ruy Barbosa, trazia como programa de governo as idéias e princípios do “liberalismo adaptado” pela oligarquia hegemônica.

“As oligarquias souberam compreender que as tendências nacionalistas e *putschistas* dos militares poderiam ser postas a serviço de uma política anti-oligárquica. Tal sentimento era compartilhado desde a Proclamação da República e exprimia o medo de que as intervenções militares no processo político nacional acabassem por escapar do controle das classes oligárquicas. Em outras palavras, elas presentiam que o grupo militar poderia, futuramente, intervir em prol das aspirações políticas voltadas para a industrialização. Isto explica o fato de as oligarquias, ao longo de toda a Primeira República,

terem se constituído em porta-vozes do “civilismo”, propugnando a permanência dos soldados na caserna” (ROCHA, 1999, p. 115).

⁶ Ficaram assim conhecidos por analogia à influência que os instrutores alemães exerceram sobre os oficiais da Turquia (O EXÉRCITO..., 1998, p. 74).

Para exprimir suas idéias, os Jovens Turcos fundaram a Revista *A Defesa Nacional*, cujo primeiro número, publicado em 1913, destacava ser o Exército um poderoso instrumento para a modificação de uma sociedade atrasada, defendendo a manutenção de uma atitude apolítica por parte dos militares (HAYES, 1991, p. 118). O grupo ameaçou posições estabelecidas no interior das Forças Armadas e foi por isso bastante hostilizado.

⁷ A doutrina militar francesa recrudesceria ainda mais a mística militar. Um estudo pormenorizado sobre a Missão Francesa pode ser encontrado em: MAGALHÃES (1956, p. 349-360).

Inexistia, entretanto, hegemonia no interior do Exército. Três grupos ideologicamente distintos dividiam a oficialidade: os jovens turcos, seguidores da corrente profissional e apolítica; o grupo dos oficiais do alto escalão inspirados em Caxias e, o grupo mais atuante, o dos jovens tenentes, defensores da superioridade institucional do Exército dentro do Estado.

⁸ Poppe de FIGUEIREDO (apud HINSON JÚNIOR, 1978, p. 8), um dos generais de 1964, ao falar sobre a revolta de 1922, afirmou: “aquela noite marcou o começo do ciclo revolucionário dos tenentes, que somente alcançou a vitória final em 1964”.

⁹ Líderes tenentistas como Juarez Távora, João Alberto e Juraci Magalhães, entre outros nomes, ocupariam cargos de relevo na Administração federal e estadual. Nesse sentido, José Murilo de CARVALHO (1982, p. 221) afirma que a crise nacional de 1930 eliminou a coalizão dos maiores estados da federação, fato que propiciou a estabilidade política e social, abrindo espaço para um maior desempenho das Forças Armadas no campo político.

¹⁰ “O projeto tenentista defendia medidas como a centralização do sistema tributário, o fortalecimento das Forças Armadas, a federalização das milícias estaduais, a criação de uma legislação trabalhista e a modernização da infra-estrutura do país. Do ponto de vista político, os “tenentes” aprovavam a centralização do poder nas mãos de Vargas e desconfiavam da representação partidária vista como palco para a atuação de grupos voltados apenas para os seus interesses privados. Isso significava defender a manutenção de um governo de caráter revolucionário e ditatorial e o adiamento do processo de constitucionalização. No entanto,

naquele momento, a introdução de um regime de base constitucional era a principal reivindicação dos grupos oligárquicos, que se sentiam cada vez mais preteridos pelo governo e temiam o fortalecimento político dos “tenentes” (A ERA Vargas: 1º Tempo: dos anos 20 a 1945, 19- -).

¹¹ Era conhecida a crítica de Góes MONTEIRO à influência positivista no Exército, para ele um fator de corrosão do espírito castrense.

Aluno brilhante da Missão Francesa, seu treinamento reforçou o caráter profissionalizante das Forças Armadas e, na década de 30, por meio de sua ação, acabaria sendo implantado a idéia do profissionalismo militar a serviço da intervenção política.

¹² Fato decisivo que contribuiria para que os Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra assumissem efetivamente o controle do Exército seria o fracasso da Intentona Comunista, organizada por Luiz Carlos Prestes em 1935, e o temor causado nos setores conservadores da sociedade. Houve um grande expurgo dentro dos quartéis e os dois generais, aproveitando-se da farsa de um suposto golpe integralista, deram apoio a Vargas para instaurar um regime de arbítrio – o Estado Novo – com o propósito de implementar no recém-regime a política do Exército.

O Estado Novo era essencialmente um regime militar e, como tal, teve nas Forças Armadas seu principal sustentáculo. Segundo Edmundo Campos COELHO (1976, p. 54), nesse período iniciou-se a institucionalização do Exército. Os tenentes foram cooptados e os extremistas expurgados após a Intentona de 1935 e o Golpe Integralista de 1938. Na Constituição de 1937, no capítulo referente às Forças Armadas, não constava a expressão “dentro dos limites da Lei”, ampliando-se a sua atuação no processo político decisório.

¹³ Quanto ao golpe de 1945, esclareça-se que a iniciativa foi estimulada, mais uma vez, por grupos civis. Editoriais de jornais conclamavam os militares a exercer sua responsabilidade constitucional no restabelecimento da ordem jurídica e da legalidade, comprometidas com a continuação do presidente ditador.

¹⁴ O comandante da Artilharia da FEB, General Oswaldo Cordeiro de Faria, diria em entrevista a Alfred STEPAN (1975, p. 178): “O impacto da FEB foi de tal natureza que, ao regressarmos ao Brasil, procuramos modelos de governo que funcionassem – ordem, planejamento, financiamento racional. Não encontramos este modelo no Brasil neste estágio, mas decidimos procurar meios de encontrar o caminho a longo prazo. A ESG era um meio para isto e ela medrou da FEB”.

¹⁵ Segundo Ricardo MARANHÃO (1981, p. 167), Jânio tinha basicamente três objetivos: pri-

meiro, que os políticos, particularmente os da UDN, concedessem-lhe poderes excepcionais; segundo, que as massas que lhe haviam dado mais de cinco milhões de votos saíssem em sua defesa e, por último, que os militares o apoiassem com receio da figura “subversiva” de Goulart na Presidência, como seu substituto legal.

¹⁶ Uma República Sindicalista não significava obrigatoriamente um regime comunista, contudo, o fato de os comunistas ocuparem cargos importantes no governo inspirava o temor de que João Goulart realmente desejava implantar um regime de inspiração soviética.

¹⁷ O lapso temporal entre a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart revelaria a divisão do poder estatal entre os militares e o Partido Social Democrático – PSD. Nesse período ocorreu um deslocamento do centro decisório para a cúpula militar. Em contrapartida, restou evidente faltar aos militares um consenso para que, já em 1961, impusessem uma solução política impopular. Na verdade estava armado o cenário para uma crise que alcançaria seu desfecho em 1964.

¹⁸ Ver, ainda, OFFE (1984, p. 140-177).

¹⁹ Sobre a militarização da América Latina e do Brasil em específico, consultar: LAMOUNIER (1974); JANOWITZ (1960); LIMA JÚNIOR (1971).

²⁰ Decorrem da interpretação de “guerra total” os conceitos de guerra generalizada, guerra fria, guerra revolucionária e guerra ideológica.

1) A *guerra generalizada* parte do conceito extremamente ambíguo da Junta dos Chefes do Estado-Maior dos Estados Unidos, que a definia como: “o conflito armado entre grandes potências, na qual os recursos totais dos beligerantes são postos em ação, e na qual a sobrevivência de uma delas representa um perigo” (COMBLIN, 1978, p. 33). Justapondo tal definição à teoria de LUDENDORFF (1992, p. 1), segundo a qual a guerra é suprema expressão da vontade de viver de uma raça, a idéia de guerra total deve ser encarada como uma guerra pela sobrevivência.

A guerra contra o comunismo era, pois, necessariamente, uma guerra pela sobrevivência, pela sobrevivência do Ocidente; é uma guerra absoluta, a demandar engajamento de todo o povo, absorvendo a política e fazendo-a desaparecer.

2) A *guerra fria* foi a grande inovação. Suas formas eram novas, daí ser preciso combatê-la com uma estratégia adequada. Tratava-se de uma guerra permanente, travada em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico – mas que evita o confronto armado.

O ponto de partida para sua interpretação foi dado após a Segunda Guerra Mundial, pela *Doutrina Truman*, enunciada em 1947, segundo a qual o comunismo repete o nazismo. Assim, a segurança dos Estados Unidos se encontrava ameaçada em

qualquer lugar onde o comunismo ameaçasse se impor aos povos livres.

A *Doutrina Truman* visava diretamente à defesa da Europa contra uma real ou imaginária agressão russa e, no contexto do pós-guerra, atribuíram-lhe, rapidamente, certo valor de universalidade. Mas seria sob a Presidência de Eisenhower que essa doutrina ganharia plena formulação com os pactos de segurança coletiva, unindo 50 países da Ásia, Europa e América. Os Estados Unidos envolveriam, dessa forma, o mundo comunista num cordão sanitário, criando uma “psicose de encarceramento”, na expressão de Joseph COMBLIN (1978).

3) Por fim, da idéia de guerra fria extraiu-se a *guerra revolucionária*, cujo principal veículo de manobra era a *guerra psicológica*. Por esse veio, e contando com o auxílio exterior, ela visava à conquista do poder pelo controle progressivo da Nação, utilizando formas de subversão e violência para impor a concepção marxista-leninista de Estado. Sobre a extensão de tais conceitos no Brasil, vide: *MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra* (1977-1978, p. 237-255); BRIGAGÃO (1984); GURGEL (1975).

²¹ Numa análise mais apurada, observa-se que a “Doutrina da Segurança Nacional” contém uma identificação espantosa com a “Doutrina Positivista” tal qual fora concebida no Brasil. Como ocorreu na República Velha, repetindo-se em 1964, a linha de interpretação e construção ideológica de ambas as doutrinas visaram respaldar uma distinção de classes.

A necessidade de uma “República ditatorial” em 1890, ou de um “Estado autoritário” em 1964, revelava-se como condição para se efetivar a “ordem e progresso” ou a “segurança e o desenvolvimento”, sem perturbações sociais. Afinal, segundo Comte, “o progresso é o desenvolvimento da ordem, assim a ordem é a consolidação do progresso”, o que significa que não se podem romper, subitamente, os laços com o passado e que toda reforma, para frutificar, deve tirar seus elementos da própria situação vigente a ser modificada (LINS, 1964, p. 337).

²² Na interpretação de SKIDMORE (1976, p. 373), “este Ato do Supremo Comando Revolucionário era uma resposta nova à crise de autoridade política que se evidenciava no Brasil desde os meados da década de 50. Quadros tinha se queixado de que lhe faltavam poderes adequados para lidar com o Congresso. Goulart repetira a queixa, chegara a propor um Estado de Sítio em outubro de 1963 e, em princípios de 1964, apresentara diversas propostas específicas para fortalecer o braço do Executivo. O Ato Institucional era, pois, nova e decisiva resposta à manifesta incapacidade do Executivo Brasileiro de exercer a necessária autoridade (...)”.

²³ Mesmo o movimento de retrocesso político ocorrido em 1937 não passou de mera projeção

militar, resultado de articulações políticas da sociedade conservadora interessada na preservação do *status quo*, do que a tentativa de afirmação e estabelecimento de um Estado militarista.

Nesse sentido, consultar DREIFUSS (1981); STARLING (1986) e ROCHA (1999).

²⁴ Havia uma nítida ligação entre o projeto militar pós-64 e o Estado Novo. Basta ver que o Primeiro Ato Institucional foi preparado por Francisco Campos, mentor da Constituição de 1937. As idéias de Góes MONTEIRO (1937) seriam revividas. “Ajustavam-se às circunstâncias o conceito de que o Exército era um *órgão essencialmente político*, ao qual interessavam *todos os aspectos da verdadeira política nacional* e a idéia de que “um exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe um governo para a educação do povo, para a consolidação do espírito nacional e para a neutralização das tendências dispersivas” [grifos no original] (HAYES, 1991, p. 225).

Bibliografia

- A ERA Vargas: 1º tempo: dos anos 20 a 1945. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. [19- -?]. 1 CD-ROM. Windows 3.1.
- BRIGAGÃO, C. *O Mercado da segurança: ensaios sobre economia política da defesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CARVALHO, J. M. de. *As forças armadas e a política no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- COELHO, E. C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional*. Tradução de A. Veiga fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Tradução da Universidade federal de Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FINER, S. In: BLONDEL, J. (Ed.). *The military in politics of today in comparative government*. New York: The Macmillan, 1982.
- FREIRE, O. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. v. 43.
- GURGEL, J. A. A. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da ESG*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- HAYES, R. A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Tradução de Delcy A. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- HINSON JÚNIOR, W. J. *The military regime of Brazil: historical and ideological factors*. 1978. Tese (Mestrado) – Universidade de Columbia, New York, 1978.
- HUNTINGTON, S. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: Harvard University, 1957.
- JANOWITZ, M. *Military institutions and coercion in developing countries*. Chicago: University of Chicago, 1977.
- _____. *The professional soldier: a social and political portrait*. Glencoe: The Free Press of Glencoe, 1960.
- LAMOUNIER, B. *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*. 1974. Tese (Phd) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1974.
- LIMA JÚNIOR, O. B. *Intervenções militares na América Latina*. 1971. Tese (Mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1971.
- LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- LOWENTAL, A. F. *Armies and politics in Latin America*. New York: Holmes & Meier Publishers Inc., 1976.
- LOUDENDORFF, E. *Conduite de la guerre et politique*. Tradução de L. Koeltz. Paris: Berger-Levrault, 1992.
- MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.
- MANUAL Básico da escola superior de guerra. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1977-1978.
- MARANHÃO, R. O Estado e a política populista no Brasil: 1954-1960. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981. t. III, p. 167.
- MONTEIRO, P. A. de G. *A revolução de 30 e a finalidade política do exército*. Rio de Janeiro: Andersen, 1937.
- NUM, J. The middle class military coup. In: VELIZ, C. (Ed.). *The politics of conformity in Latin America*. London: Oxford University, 1970.
- O'DONNELL, G. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- O EXÉRCITO na história do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1998. v. 3.

- OFFE, C. Problemas estruturais do Estado Capitalista. Tradução de Bárbara Freitas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- ROCHA, M. E. G. T. *O processo político no Brasil: Estado e classes sociais*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- SILVA, H. *O poder militar*. Rio Grande do Sul: L&PM, 1984.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STARLING, H. M. M. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- STEPAN, A. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.
- TORRES, J. C. de O. *O positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1943.
- WRIGHT, E. O. *Class, crisis and the state*. London: M.L.B., 1978. cap. IV.